



Câmara Municipal de Vereadores

Francisco Beltrão

-

Paraná

À Comissão de Saúde, Bem Estar e Meio Ambiente

PARECER JURÍDICO PROJETO DE LEI Nº. 12/2024 LEGISLATIVO

Veio para análise do setor jurídico o Projeto de Lei nº. 12/2024, de iniciativa do Vereador Silmar Gallina, que dispõe sobre o prazo de validade do laudo médico pericial que atesta o transtorno do espectro autista.

No que tange à matéria, o projeto em comento é compatível com a Constituição Federal, pois trata de assunto de interesse local, em conformidade com o art. 30, I, da Carta Constitucional:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Em análise verifica-se também que quanto à questão da constitucionalidade formal (iniciativa), não se identifica vício, eis que a matéria tratada no projeto não está no rol de matérias de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

Trata-se, pois, de matéria abrangida pela competência da Câmara Municipal.

No mérito, cumpre informar que o Projeto de Lei nº 12/2024 visa trazer para a esfera municipal o teor da Lei Estadual nº. 20.371/2020, que estabelece que os laudos médicos para comprovação da condição do Transtorno do Espectro Autista (TEA) não podem mais ter prazo de validade no Paraná.

Pelo exposto, entendemos que o Projeto de Lei nº 12/2024 não apresenta vícios de inconstitucionalidade, estando apto a ser deliberado pelo Plenário, passando pelas Comissões Permanentes. No que tange ao mérito, cabe a análise da conveniência e oportunidade aos Ilustres Vereadores.

É o parecer.

Francisco Beltrão/PR, 22 de abril de 2024.

Fabício Mazon

Fabício Mazon
OAB/PR 36.868



CÂMARA MUNICIPAL
DE FRANCISCO BELTRÃO
PROTOCOLO

Em 22 / 04 / 24
às 09:50 horas, recebi o(a) presente.

Paulo B. de Menezes
Responsável